



ACÓRDÃO Nº 252/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1640/2014.

Aposos: Processo nº 2212/2014, 1681/2014 (2 vol) e 1705/2014 (3 vol).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno – SEMEF.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Ulisses Tapajós Neto – Ordenador de Despesa.

6- Unidade Técnica: DICAD/MA.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3120/2016-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls.2631/2652).

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno - SEMEF. Exercício de 2013.

Regularidade com ressalvas. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em **divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno-SEMEF, Unidade 360101, relativa ao exercício de 2013, de responsabilidade do **Sr. Ulisses Tapajós Neto**, Secretário, nos termos do inciso II do artigo 1º e inciso II do artigo 22 da Lei Estadual nº 2.423/96, dando quitação e condicionando-os ao atendimento do artigo 24, c/c o artigo 72, II, todos da Lei Estadual nº 2.423/96;

9.2. Determinar à atual administração, de responsabilidade do **Sr. Ulisses Tapajós Neto**, sob pena das contas do próximo exercício serem julgadas irregulares, nos termos do artigo 22, III, “b” e “c”, da Lei Estadual n.º 2.423/96, que:

9.2.1. Adote medida de controles quanto às informações a serem prestadas a esta Corte de Contas por meio do



ACÓRDÃO Nº 252/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

sistema E-contas;

- 9.2.2.** Reveja os procedimentos de parametrização e conciliação entre as entradas e saídas dos materiais de estoques e incorporação e desincorporação de bens com o sistema de registro contábil, a fim de atender o disposto nos art. 63 e 104 da Lei nº 4320/64;
- 9.2.3.** Realize ações no sentido de que as operações de crédito e alienações de bens sejam contabilizadas na mesma unidade gestora que se realizou o fato gerador, a fim de atender o disposto nos art. 89, 104 e 105 da Lei nº 4.320/64;
- 9.2.4.** Agilizar e efetuar seus pagamentos dentro do prazo contratual, evitando assim juros e multas;
- 9.2.5.** Adeque o quantitativo de servidores ocupantes de cargo em comissão ao número de vagas disponível na Lei Delegada nº 10 de 2013;
- 9.2.6.** Realize um estudo de economicidade quanto à locação dos veículos para realização de suas atividades da Secretaria e que seja demonstrado nas futuras Prestações de Contas;
- 9.2.7.** Desvincule a Subsecretaria de Controle Interno da SEMEF, elevando-a ao Status de Secretaria, tudo em conformidade com o Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) firmado por este Tribunal com a SEMEF (Processo nº 14447/2016, homologado na 4ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, em 14/02/2017);
- 9.2.8.** Reveja o procedimento quanto à execução orçamentária dos processos que exigem empenhos globais, a fim de atender o parágrafo 3º do art. 60 da Lei nº 4.320;
- 9.2.9.** Proceda a adoção do sistema integrado de administração e controle previsto no inciso III, parágrafo único, art. 48, da Lei Complementar nº 131/2009 cujo prazo para implantação expirou desde 31/05/2010, tendo em vista que esta ferramenta solucionará de vez os problemas de natureza contábil.



ACÓRDÃO Nº 252/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 21 de Março de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

12.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em substituição

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral